

Processos socioeducativos entre quebradeiras de coco de babaçu: um estudo com a comunidade Sítio no sul do Piauí

 Millena Ayla da Mata Dias¹,  Kelci Anne Pereira²,  Ozaias Antonio Batista³

¹ Universidade de Brasília - UnB. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Faculdade de Planaltina. Brasília – DF. Brasil. ² Universidade Federal do Piauí - UFPI. ³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

Autor para correspondência/Author for correspondence: millenadias29@hotmail.com

RESUMO. No artigo, objetivamos refletir sobre os processos educativos que permeiam a vida das extrativistas de coco de babaçu afetadas pelo agronegócio no sul do Piauí (Brasil), destacando as estratégias pedagógicas de construção dos territórios camponeses nesses contextos, suas contradições e resistências. Como ponto de partida, utilizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter participativo, realizada entre 2020-2021 junto às quebradeiras da comunidade Sítio, situada no município de Cristino Castro (PI), região de Cerrado declarada como última fronteira agrícola do país. Entre os resultados, destacamos os saberes e pedagogias do trabalho das mulheres extrativistas como constitutivos de uma profunda consciência ecológica compartilhada de geração em geração, configurando-se uma base para a construção de um ecofeminismo camponês. Para tanto, analisamos os saberes emergentes da relação sinérgica com a natureza desenvolvidas por tais mulheres no exercício da reprodução de suas vidas. Nesse sentido, as identificamos como guardiãs da socioagrobiodiversidade e educadoras populares, das novas gerações rurais e das comunidades urbanas com as quais se relacionam na comercialização de seus produtos. Esses legados e o saldo educativo dele resultante encontram-se ameaçados pelos obstáculos que o agronegócio impõe à territorialização camponesa, o que, por conseguinte, envolve a interdição do direito a viver na/da/com a terra e, deste modo de vida, produzir cultura e educação.

Palavras-chave: comunidade tradicional, modos de vida, educação no campo, agroecologia, gênero.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e16989	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Socio-educational processes among babassu coconut breakers: a study with the Sítio community in southern Piauí

ABSTRACT. In the article we aim to reflect on the educational processes that permeate the lives of babassu coconut extractivists affected by agribusiness in southern Piauí (Brazil), highlighting the pedagogical strategies of construction of peasant territories in these contexts, their contradictions and resistances. As a starting point, a qualitative, participatory research, carried out between 2020-2021 with the breakers of the Sítio community, located in the municipality of Cristino Castro (PI), Cerrado region declared as the last agricultural frontier of the country. Among the results, we highlight the knowledge and pedagogies of the work of extractive women as constitutive of a deep ecological awareness shared from generation to generation, as a basis for the construction of a peasant ecofeminism. Analyzing the emerging knowledge of the synergistic relationship with nature developed by such women in the exercise of the reproduction of their lives, we identify them as guardians of socio-agrobiodiversity and popular educators, of the new rural generations and of the urban communities with which they relate in the commercialization of their products. Such balances and the resulting educational legacy are threatened by the obstacles that agribusiness imposes on peasant territorialization, which involves the interdiction of the right to live on/of/with the land and, in this way of life, to produce culture and education.

Keywords: traditional community, way of life, rural education, agroecology, gender.

Procesos socioeducativos entre rompecocos de babassu: un estudio con la comunidad de Sítio en el sur de Piauí

RESUMEN. En el artículo pretendemos reflexionar sobre los procesos educativos que permanecen en la vida de las extractivistas de coco babasú afectados por el agronegocio en el sur de Piauí (Brasil), destacando las estrategias pedagógicas de construcción de territorios campesinos en estos contextos, sus contradicciones y resistencias. Como punto de partida, tenemos una investigación cualitativa, participativa, realizada entre los años 2020-2021 con las *quebradeiras* de la comunidade Sítio, ubicada en el municipio de Cristino Castro (PI), región del Bioma Cerrado declarada última frontera agrícola del país. Entre los resultados, destacamos los saberes y pedagogías del trabajo de las mujeres extractivas como constitutivas de una profunda conciencia ecológica compartida de generación en generación, como base para la construcción de un ecofeminismo campesino. Analizando los saberes emergentes de la relación sinérgica con la naturaleza que desarrollan tales mujeres en el ejercicio de la reproducción de sus vidas, las identificamos como guardianas de la socio-agrobiodiversidad y educadoras populares, de las nuevas generaciones rurales y de las comunidades urbanas con las que conviven. se relacionan en la comercialización de sus productos. Dichos equilibrios y el legado educativo resultante se ven amenazados por los obstáculos que el agronegocio impone a la territorialización campesina, lo que implica la interdicción del derecho a vivir en/de/con la tierra y, en esa forma de vida, a producir cultura y educación.

Palabras clave: comunidad tradicional, forma de vida, educación rural, agroecología, género.

Introdução

Em algumas regiões do Brasil, principalmente na Amazônia, até sua transição com o Cerrado, a palmeira do coco babaçu é um dos produtos essenciais do agroextrativismo de comunidades inseridas no circuito socioeconômico das matas dos cocais, sendo uma das principais fontes de renda das famílias dessas regiões. Assim, o extrativismo do babaçu orienta a organização produtiva e social de mais de 400 mil quebradeiras de coco (MIQCB, 2020), além de balizar todas as dimensões de suas vidas, em um processo de conexão sinérgica entre sociedade e natureza.

Para melhor entender este fenômeno, precisamos nos ater às contradições que o permeiam, verificando como está sendo desenvolvido o capitalismo no campo. Nesse sentido, destacamos que o capital tem se reproduzido no meio rural brasileiro por meio do discurso de uma suposta necessidade de modernização da agricultura, como solução para a fome e fórmula de progresso. Tal perspectiva teve (e ainda tem) forte apoio do Estado Nacional, e foi engendrada com o apoio de instituições de pesquisa e assistência técnica que se concentravam na linha do racionalismo científico (Cabral *et al.*, 2021).

Neste contexto, a vida das comunidades tradicionais e dos camponeses está ameaçada, sobretudo a partir das últimas décadas, quando o avanço do capital na agricultura se consolidou nos moldes da aliança de capitais (fundário, midiático, bancário, industrial) do agronegócio. Este é o caso de áreas abrangentes da região nordeste e norte do Brasil, notadamente marcada pela diversidade de povos e bens naturais, mas que vêm sendo incorporadas pelo agronegócio e pressionada pelo avanço da chamada “última fronteira agrícola”, especialmente a partir do projeto “Matopiba”. Trata-se de um plano de desenvolvimento agropecuário que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, estimulando a produção de commodities como soja e milho, ao mesmo tempo em que impacta de forma negativa e violenta os bens naturais, as terras e territórios dos povos que ali vivem (Favoreto *et al.*, 2019).

Sob tal perspectiva, na região sul do Piauí, no Vale do Gurguéia e adjacências, deu-se a criação de uma “Capital do Agronegócio” – sediada no município de Bom Jesus, na perspectiva da modernização conservadora da agricultura, tem gerado uma dinâmica de exclusão, expropriação, conflitos e empobrecimento dos trabalhadores e trabalhadoras (rurais e urbanos), a despeito do discurso de progresso econômico e social das entidades representativas do agronegócio (Favoreto *et al.*, 2019).

Entre os grupos atingidos pelo agronegócio, destacamos as comunidades quebradeiras de coco de babaçu, a fim de refletir sobre suas formas de resistência e reexistência na luta (indissociável) pelos direitos à terra, aos babaçuais e à educação. Desse modo, pretendemos entender como se articulam as práticas educativas das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, na região sul do estado do Piauí, com base em uma pesquisa participante cujo objetivo foi: perceber as contradições do acesso à educação da comunidade de quebradeiras de coco babaçu (comunidade Sítio).

Entendemos que realizar esta pesquisa seria um ato relevante, tanto social quanto academicamente, pois as comunidades extrativistas da região da fronteira agrícola no Piauí estão cada vez mais em risco, devido à alta demanda por terras voltadas para o agronegócio, e as estratégias desse setor para acentuar o êxodo rural vêm se reinventando de forma demasiada. Portanto, elucidar as questões educativas na comunidade é uma ferramenta para reforçar suas demandas territoriais e seu modo de vida.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza crítico-dialética (Triviños, 1987) e participante (Brandão & Borges, 2007), viabilizada por meio de atividades de extensão na comunidade Sítio¹ (Cristino Castro/PI), inicialmente pelo projeto Noções de Sustentabilidade e Boas Práticas na Cadeia do Coco Babaçu, e, posteriormente, a partir da práxis do Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A pesquisa beneficiou-se dos vínculos de confiança e compromisso construídos entre as pesquisadoras, o que favoreceu o diálogo de saberes e a definição de papéis na construção do conhecimento: as funções que cada sujeito ocupava na pesquisa foram estabelecidas com equidade, rompendo com o paradigma do desnível interpretativo.

As quebradeiras fizeram-se presentes como sujeitos da pesquisa, capazes de analisar sua própria realidade a partir de seu universo cotidiano; as pesquisadoras foram responsáveis por construir e perscrutar o objeto de pesquisa do ponto de vista teórico-científico: ambas as posições foram compartilhadas como possibilidades complementares de compreensão da realidade, a partir do poder dos argumentos de cada uma delas, em detrimento dos argumentos de poder (Brandão & Borges, 2007).

Seguindo tal entendimento, a comunidade Sítio tornou-se *lócus* de um vivo debate sobre os processos socioeducativos das quebradeiras de coco de babaçu. Assumimos, nesse debate, a responsabilidade de, junto às mulheres, fazer da pesquisa um instrumento de denúncia das violências e violações que o território camponês tem sofrido, mas também de anúncio das resistências das quebradeiras como educadoras populares e guardiãs da socioagrobiodiversidade.

A Comunidade Sítio localiza-se na zona rural do município de Cristino Castro, no sul do Piauí, Brasil, uma região inserida no bioma Cerrado, assim como entremeada por zonas de cocais, situada aos pés da Chapada das Mangabeiras e batizada pelos povos locais como “berço das águas”. Nesta fisionomia, o coco Babaçu é um desses elementos de grande valor e estima para os povos do campo, que vivem do trabalho com e na terra, e, sobretudo, para as mulheres. Elas possuem uma relação transgeracional, cultural e identitária com o babaçu, para além de uma relação econômica e alimentar (Porto-Gonçalves, 2019).

Assim, o babaçu tornou-se o símbolo de conexão e resistência das mulheres camponesas cerratenses do Piauí, simbolizando uma lógica biófila de vínculo sociedade-natureza. Demarcam-se, nessa simbologia, processos históricos de coevolução a partir da convivência e aprendizado com a natureza, o que gera outras matrizes de racionalidade e modos de vida, avessos à lógica capitalista, necrófila.

A comunidade Sítio é conhecida pelas práticas das mulheres como quebradeiras de coco: são 35 quebradeiras adultas que vivem do e com o babaçu. Delas, fizeram parte da pesquisa 6 (seis) lideranças de diferentes idades, que têm ou tiveram a vivência no extrativismo da palmeira em tela. Os nomes sociais das quebradeiras são usados aqui a partir de comum acordo com elas, que preferiram ser assim identificadas por entenderem que ser quebradeira é motivo de orgulho.

De acordo com a conjuntura do momento de construção da pesquisa, tivemos que realizá-la em duas etapas, separadas pela pandemia do novo Coronavírus (SarCoV-2), durante o ano de 2021 e 2022.

Assim, a presente pesquisa teve seus dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas presenciais, antes da pandemia, e à distância, respeitando-se as regras de isolamento social e medidas de segurança contra a Covid 19. A primeira etapa, presencial, foi o momento da escuta. Desse modo, prevaleceu a oralidade das mulheres e sua capacidade de narrar suas realidades, referentes aos sentidos e significados do pertencimento como

quebradeiras. Uma vez que queríamos que emergissem de suas próprias vozes as sutilezas das pedagogias por meio das quais se tornaram quebradeiras.

O segundo momento da pesquisa, remoto, foi feito via ligações telefônicas, dada a ausência de internet sem fio e a precariedade do sinal 3G na comunidade, bem como a pequena familiaridade da maior parte das quebradeiras com as TICs, o que produziu desafios para a pesquisa. Nessa etapa, refletimos sobre as estratégias e o contexto socioeducativo dos moradores da comunidade, focalizando os processos de escolarização e aprendizagem não escolar das mulheres incluídas na pesquisa, bem como os processos por meio dos quais tornam-se quebradeiras de coco.

A coleta dos dados foi complementada por meio de anotações em um caderno de campo. O material foi transcritoⁱⁱ, organizado em eixos temáticos e analisados à luz de conceitos como educação do campo, agroecologia (ecofeminismo e diálogo de saberes), na perspectiva histórico-crítica, com o compromisso de contribuir com o entendimento da construção do território camponês em uma área afetada pelo agronegócio.

As lentes teóricas, utilizadas para refletir sobre esses dados, assentaram-se/fundamentaram-se em duas perspectivas: a do ecofeminismo e a da pedagogia do trabalho coletivo, intergeracional e permeada pelo diálogo de saberes, entendidos como parte do projeto formativo da educação no campo e da construção do território camponês.

Resultados/Discussões

Pedagogia ecofeminista e suas relações com a terra e o território

O ecofeminismo, na comunidade Sítio, está relacionado à perspectiva da ancestralidade. Todas as mulheres com as quais realizamos a pesquisa relatam que sua identidade, como pessoas, está centrada no aprendizado de se tornarem quebradeira. Esse aprendizado que remonta à convivência com suas mães e avós, entrecortada pela cultura do extrativismo.

Logo na infância, as mulheres iniciam-se na arte de quebrar o coco, e esse aprendizado se aprimora pela juventude e transcorre por toda uma vida. Trata-se de um percurso de aprendizagem guiado pela observação e pela prática, direcionada para muito além da subsistência. O trabalho de aproveitar os frutos da palmeira desdobra-se em uma prática de existência, sendo um elemento estruturante de sua identidade e força, além de viabilizar a geração de renda para as mulheres e famílias camponesas.

Ser quebradeira vai se tornando uma forma de vida carregada de sabedoria ancestral e de coragem. Isso porque quebrar o coco equivale a quebrar/ romper as amarras em relação a uma lógica fetichizada e mercantilizada que situa a natureza como objeto de exploração humana. Nesse sentido, as quebradeiras, ao contrário desse paradigma, evidenciam que é necessário produzir em abundância em harmonia com a natureza, cooperando com seus processos ecológicos, fundamentalmente com a fertilidade da floresta em suas múltiplas relações: planta-planta; planta-animal; flora-fauna-clima e relevo.

Conforme Dias *et al.* (2021), essa consciência expandida e integrada, no que se refere ao vínculo entre trabalho e ecossistema produzido por elos de cuidado e atenção com a fertilidade da vida. Isso é o que denominamos de ecofeminismo, algo muito frequente nas falas e, primordialmente, na experiência das quebradeiras: “eu lembro que quando eu nasci minha mãe já trabalhava com coco babaçu, e eu já era inserida”, comenta dona Aldenora. Essa ideia também está expressa na afirmação de Dona Francisca: “Acho que eu comecei a quebrar coco com 6 anos de idade, eu continuei quebrando até hoje.”

A fala dessas duas entrevistadas não só revela que o trabalho com as palmeiras emerge desde suas primeiras sociabilidades, tornando-as ecocentradas, como também aponta para o trabalho de forma integrada à vida: não se vive para aprender a trabalhar a partir da juventude. Trabalha-se como uma dimensão da vida, e o aprendizado da transformação da primeira em segunda natureza, para a satisfação das necessidades mediatas e imediatas, é constitutivo de como as quebradeiras se veem como pessoas no mundo.

Trabalhar é um ato organizado para prover as necessidades materiais e imateriais, satisfazendo tanto o corpo quanto inserção cultural das novas gerações. De tal forma, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso do trabalho, contrariando a lógica da alienação, dominante da reprodução social da classe trabalhadora no sistema-capital.

Nesse sentido, é importante destacar que a vida das mulheres é perpassada de forma intensa por relações simbióticas e místicas com as palmeiras. Isso porque, para as quebradeiras de coco, a palmeira transcende a condição de mera matéria prima, ela é considerada como uma mãe, pois tudo dela se aproveita. Desde os frutos até as raízes, há uma infinidade de usos e produtos que podem ser obtidos do extrativismo, podendo servir na alimentação, como remédios, para artesanatos, construção das casas (Silva *et al.*, 2016). A planta, e, por consequência, os animais que a semeiam e fertilizam, são as fontes de sustento

da comunidade e representam uma forma possível de trabalho para amparar a criação dos filhos e gerir a família.

O aproveitamento múltiplo da palmeira, seu manejo sustentável e a construção identitária como quebradeiras são processos educativos intergeracionais. Ou seja, o trabalho sintonizado com a natureza tem função pedagógica e de socialização desde a infância. Dessa forma, as quebradeiras de coco babaçu adquirem conhecimentos ecológicos profundos, aprendendo sobre o uso de todas as partes da palmeira: desde o grau de maturação certo para colher o fruto da palmeira; o melhor tempo para fazer essa coleta; as divisões das amêndoas com as companheiras; o tempo necessário do processamento do azeite; até as questões de comercialização.

Aprende-se o poder de cura sintetizado nas flores e nos frutos da palmeira, e também como utilizar a planta para a nutrição e tempero dos alimentos da família. Esses e muitos outros são saberes adquiridos ao longo de suas jornadas desde a infância e compartilhados no trabalho coletivo – iniciados na coleta a partir da inserção na mata até a venda dos produtos do babaçu. Aprende-se, assim, não só um modo de produzir, mas também uma forma de autogestão do trabalho com o babaçu, em solidariedade com outras mulheres.

E, nesse processo, as quebradeiras tornam-se guardiãs da socioagrobiodiversidade, condensando seus saberes em narrativas míticas sobre a palmeira e em canções de trabalho ricas em sua prosa e poesia, conteúdo e forma. Há histórias e mitos sobre as palmeiras, além de cantigas entoadas durante o trabalho para elevar o espírito em contrapartida às condições fisicamente exigentes impostas pelo extrativismo. O canto, conjunto entre as mulheres, produz uma cultura imaterial e intangível do trabalho. Nessa perspectiva, trata-se de um bem cultural ecofeminista.

Na medida que as mulheres trabalham em consonância com a palmeira e criam formas materiais e imateriais de proteção destas, sabem a hora certa de colher e a quantidade necessária a ser coletada para que não atrapalhe o desenvolvimento natural da planta e de seus co-dependentes, pois alimenta os seres não humanos da floresta. Esses atuam como semeadores de novas palmeiras, as mulheres se certificam de que nem todos os frutos sejam recolhidos, sendo, assim, necessário que haja sobra de coco para alimentar pequenos roedores, por exemplo.

Cuidam da mata como se cuidassem de uma mãe, aprendem com o extrativismo ecológico como uma forma de cuidar da natureza da qual dependem e à qual protegem. Tal

consciência ecocêntrica é um dos elementos necessários à construção de práticas sociais que sustentem a vida no planeta, tal como defende Shiva (1988). Para a autora, a fonte dessa consciência está ligada ao papel social delegado às mulheres no patriarcado: o de ajuda e cuidado. Muito longe de ser um papel menor – embora esse seja o tamanho atribuído à contribuição social das mulheres na construção da riqueza em perspectiva patriarcal e capitalista –, a função social das mulheres como trabalhadoras está conectada a um compromisso urgente de conservação dos serviços ecossistêmicos.

Nas brechas de uma lógica opressora de gênero, o trabalho das mulheres representa uma contribuição inestimável a uma necessidade universal diante da crise climática. A consciência a respeito dessa contribuição como elemento de um feminismo ativo, entretanto, é algo pouco destacado no discurso das mulheres entrevistadas. Elas não se veem, em um primeiro momento, como agentes ambientais. Essa percepção é algo que pode ser ativado em processos de educação popular, como os que permearam a presente pesquisa.

Além disso, devemos destacar que, apesar de conhecedoras profundas das florestas e de cumprirem essa função social de guardiãs de um bem de valor universal – a natureza, cuidando de um patrimônio natural da humanidade – os cocais, as mulheres quebradeiras não são valorizadas socialmente. Recai sobre elas a negação histórica do direito à educação escolar, como é recorrente na vida de boa parte das classes populares trabalhadoras rurais.

Os processos educativos escolares

Muito embora o direito educativo, particularmente suprido pela educação escolar universal e gratuita, seja um princípio da democracia, verificamos sua negação entre setores populares brasileiros, especialmente entre os/as trabalhadores/as do campo.

O perfil socioeducativo das quebradeiras de coco babaçu, que participaram da pesquisa, evidencia trajetórias escolares negadas ou interrompidas, conforme observamos no quadro abaixo.

Quadro 1 - Perfil socioeducativo das mulheres quebradeiras de coco babaçu da Comunidade “Sítio” Cristino Castro-PI, 2021

Mulheres	Idade	Filhos	Escolaridade
Elizabeth	42	3	E. Fundamental completo

Francisca de Sousa	54	7	E. Fundamental completo
Maria Francisca	50	5	E. Fundamental completo
Marcilene	22	1	E. Médio completo
Maria Selma	37	3	E. Médio completo
Solimar	55	3	E. Superior completo

Fonte: elaboração das autoras

Se a escolarização - crítica - representa o acesso a um bem cultural e aos códigos fundamentais para alcançar outros direitos sociais, ela atua como um facilitador de acesso a esses direitos. Na medida em que os camponeses ficam exilados da formação escolar, são também excluídos da forma científica, filosófica e artística de compreender e atuar no mundo. Tal exclusão representa, em certa medida, uma forma de reificação das relações de opressão, sendo um impedimento à libertação dos trabalhadores e trabalhadoras de um mecanismo fundamental à manutenção do *status quo*.

As mulheres participantes da pesquisa lamentam não ter tido chances de estudar, mas não se enxergam como vítimas desse sistema de negação, deixando de identificar o Estado/elite como negador desse direito. Ao mesmo tempo, fazem todo o esforço necessário para que a mesma negação não recaia sobre as novas gerações, tal como recaiu sobre elas.

O contato cada vez maior em uma sociedade letrada - incluindo o contato com a universidade por meio de projetos de extensão e pelo ingresso de uma das quebradeiras na Licenciatura em Educação do Campo - ajuda as mulheres a sentirem falta de um referencial escolar mais elaborado e as leva desejar que filhos, netos e parentes mais novos estudem. Sobre isso, Dona Solimar comenta: “Queremos que eles (os filhos) estudem o fundamental, o ensino médio e o superior, que se formem até fazer doutorado...”.

Considerando as diferentes idades das mulheres participantes da pesquisa (vide quadro 1), verificamos que as mais velhas possuem somente o ensino fundamental completo, e apenas uma teve acesso ao ensino superior. Refletindo sobre estes dados, percebemos uma relação de gênero e geração, visto que as oportunidades educativas aos poucos vão se abrindo para a juventude, mas de modo ainda insuficiente. Além disso, entre gênero e políticas públicas, a única quebradeira que foi para a universidade foi beneficiada pelo Programa

Nacional de Licenciaturas em Educação do Campo (na UFPI/Bom Jesus). E este caso, embora isolado, representa um ampliador de expectativas na comunidade.

É importante lembrar que, embora as oportunidades educativas pareçam cada vez mais ampliadas, elas ainda são precárias do ponto de vista do direito a estudar onde se vive e a pensar o mundo do seu território.

Um fator observado na pesquisa foi o fechamento da escola da comunidade em 2013, sem qualquer explicação por parte do poder público, sendo esse o principal fator de abandono escolar pelas participantes da pesquisa à época. Para continuarem estudando, teriam que se mudar para a cidade. Essa mudança, em muitos casos, não era uma opção para as famílias, seja por não haver parentes dispostos a acolher a estudante na cidade ou porque seus pais, imersos no pensamento patriarcal, não confiavam em enviar suas filhas para a vida urbana, temerosos de que arrumassem namorados e se tornassem “mal faladas”.

Esta situação gerou e gera inúmeros conflitos e rupturas familiares e territoriais. Até hoje, a escola está situada no polo urbano do município. Desse modo, os filhos/as ou netos/as das quebradeiras precisam ir para a cidade de Cristino Castro para ter acesso aos estudos, por meio de um transporte escolar precário, intermitente, demorado e perigoso - dada a péssima qualidade das estradas e do próprio transporte.

O fechamento das escolas do campo fere o direito subjetivo público e fundamental de todos/as frequentarem a escola. Sobre este tema, realçamos a fala de Dona Solimar, liderança da comunidade:

... agora mesmo meu netinho de cinco anos não pode estudar e tem muitas crianças aqui na mesma idade que ele na mesma situação. Quem é que tem coragem de colocar uma criança desse tamanho nessa estrada daqui pra Cristino Castro, para escola? É triste demais! O [prédio do] colégio continua aqui, a gente da comunidade não deixou cair, mas só que a escola mesmo não tem nem promessa mais... (Solimar, liderança quebradeira da comunidade).

Se, de um lado, essa situação favorece a evasão e o abandono escolar, por outro, sobre os/as jovens que seguem indo para a cidade estudar, observamos impactos de ordem sociocultural. O cotidiano de deslocamento para a cidade ou a mudança para casa de parentes produz uma imersão na vida urbana e o afastamento da vida camponesa. Nesse sentido, rompe-se gradativamente o contato das novas gerações com os *cosmosaberes* e *cosmopercepções* que só a relação profunda com a natureza, mediada pela cultura e identidade como quebradeira, pode produzir.

A vida urbana, sem mediações por uma educação crítica e imposta pela ausência do direito educativo no campo, não só afeta a continuidade dos processos educativos e de trabalho com o coco, como também colabora para o desenvolvimento de um imaginário de consumo como via de realização humana junto às novas gerações, por meio das sociabilidades juvenis afastadas de uma visão mais holística em relação com a natureza.

Na cidade, vão sendo aprendidos valores capitalistas, substituindo a visão camponesa de mundo, e nesse contexto a juventude do Sítio inclusive passa a incorporar o discurso do agronegócio como meio de progresso necessário, a despeito dos impactos socioambientais verificados na comunidade. A compreensão da relação causa e consequência parece não ser favorecida para a consciência que se forma neste contexto vivencial urbanocentrado, que, em boa medida, se faz representar no conteúdo ideológico difundido pela escola urbana.

Esta escola, que reproduz a perspectiva da educação rural (Ribeiro, 2012), tende a apagar o sujeito camponês e seus modos de vida e narrativas, colocando o empresário rural e seu sistema industrial de produção como os grandes protagonistas do desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, quando raramente são lembrados, os camponeses, sobretudo aqueles que mantêm seus modos de vida ecológicos, são caracterizados como agentes do atraso.

O fechamento da escola na comunidade Sítio tem ainda outra consequência: a exclusão dos sujeitos mais velhos da experiência do estudo. Assim como os mais novos estão sendo privados do acesso à escolarização no campo, os mais velhos também sofrem essa mesma negação, com a ausência da Educação de Jovens e Adultos na comunidade. As quebradeiras, participantes da pesquisa, são unânimes em afirmar que, se existisse escola na comunidade, a população - tanto as crianças quanto as mulheres mais velhas - voltaria estudar, porque querem continuar aprendendo.

As quebradeiras, de modo particular, sentem falta da educação escolar, à medida que seu processo de autogestão avança: por exemplo, nem todas podem assumir funções como organizadoras das finanças e dos registros contábeis do grupo, por não terem acesso aos códigos escolares.

A necessidade de uma escola na comunidade é marcante. Nesse sentido, destacamos as palavras de Caldart (2012), visto que a escola do campo deve partir dos desejos e necessidades dos sujeitos camponeses, considerando seus modos de vida e trabalho no campo, com a natureza, suas contradições, os saberes que os envolvem. Sob tal perspectiva, a educação do campo é aquela que, em oposição à educação rural, ressalta a luta organizada dos

sujeitos camponeses como via necessária e imprescindível à garantia do direito ao trabalho, ao território, a cultura e à soberania alimentar.

Esta perspectiva/ aspecto emancipatória da educação camponesa aponta para um projeto agroecológico no campo, que indica a combinação entre princípios ecológicos na construção da agricultura com a justiça agrária, em oposição ao projeto do agronegócio. Neste último projeto, o desmonte da educação pública no campo é uma estratégia da elite, sobretudo no que diz respeito à tentativa de esvaziamento social da área rural para a expansão do espaço - seja especulativo ou produtor de mercadoria (Molina, 2015).

Tal estratégia tem-se intensificado na medida em que o agronegócio fortalece suas bases no Congresso Nacional, tomando proporções temerosas. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que, até 2018, foram fechadas mais de 80 mil escolas no campo em todo o Brasil; só no Nordeste esse número representa 40 mil escolas fechadas. Isso se reflete nas taxas de analfabetismo: no campo, ela é representada por 17,7% se comparada à taxa de 5,2% das cidades (MST, 2019).

Molina (2015) aponta o agronegócio como modelo que desafia a vida e a educação no campo na medida que essa lógica hegemônica é a principal causadora e intensificadora de conflitos agrários, propondo uma área rural sem pessoas.

Esse esvaziamento do campo tem seu ponto nevrálgico na questão da sucessão geracional. Falcão Júnior (2020) expõe em seus estudos a ineficiência do Estado em apresentar e dar meios de acesso aos próprios jovens às políticas voltadas para sua permanência no campo. Dessa forma, deixa essa juventude sem escolhas, à margem, sendo a principal alternativa a de sair de seus territórios para as periferias dos grandes centros urbanos em busca de melhoria de vida:

Em meio a falta de políticas públicas específicas para a juventude rural e medidas que garantem sua inserção produtiva ao término das ações, percebemos a falta de sequencialidade nas ações, clareza na gerência de recursos e intenção de consolidações estruturantes por parte do Estado e dos movimentos camponeses, se consumando na falta de geração de trabalho e renda atuais... A população jovem do campo, amarga uma dura realidade com a falta de dispositivos que venham impulsioná-los/as a inserção produtiva forçando a busca de trabalho precarizado nas cidades (Falcão Júnior, 2020, p. 126).

Nesse mesmo sentido, Freire (2001) aponta a luta de classes como principal forma de pressionar o Estado a cumprir o seu dever. Para tanto, a educação das juventudes camponesas deve necessariamente ser, também, política e parte fundamental de um projeto de biopoder

camponês (Toledo & Barrera-Bassols, 2015), que integra ao conhecimento científico-filosófico às formas de conhecimento ancestral, bem como saberes e fazeres camponeses.

Neste contexto formativo, a agroecologia, entendida como ciência-movimento-prática orientada à ecologização do pensamento e da agricultura e à reforma agrária popular, entra em pauta na expectativa de um projeto de educação que provoque outras lógicas de reprodução social dos camponeses. Desse modo, propõe uma produção abundante de alimentos, centrando-se na dialogicidade que Freire (1996) enfoca como essência da educação de prática de liberdade.

Considerações finais

As famílias das quebradeiras de coco babaçu, que continuam a morar na comunidade Sítio, resistem aos processos de êxodo rural. No entanto, essas mesmas famílias são afetadas pela saída da juventude da comunidade para as cidades das redondezas em busca por melhores condições de vida, visando emprego ou acesso à educação. Contudo, essa educação é negada às pessoas da comunidade.

Assim, as quebradeiras que não tiveram a oportunidade de estudar, por algum motivo, sejam pelo fato de a escola da comunidade ter sido fechada, ou pelo patriarcado, são as mesmas que aventuram seus filhos e netos nas estradas para Cristino Castro, a fim de que eles tenham acesso à escola. Isso porque elas têm consciência do papel da educação na vida das novas gerações.

Em relação à escolarização das mulheres quebradeiras de coco babaçu, a comunidade apresenta necessidade de uma Educação de Jovens e Adultos (EJA), estando assim conectada à vida. Principalmente, por elas desenvolverem saberes e aprendizados com bases em suas vivências, as quais também podem ser classificadas como conhecimento; logo, isso não exclui a importância da presença delas no ambiente escolar e acadêmico.

Quando pensamos nos processos educativos ligados à escola das crianças e jovens da comunidade, esse contato com uma escola *urbanocêntrica* mexe com o imaginário deles de uma forma a estabelecerem uma relação. Isso caracteriza o campo como atraso e a cidade como progresso, criando uma falsa percepção que viveriam melhor na cidade, pois teriam acesso a coisas que no Sítio não possui.

A exploração da terra e dos bens naturais, convertida como agronegócio, estrutura-se como um projeto que expulsa os camponeses e as camponesas dos seus territórios. Nesse

sentido, esses processos exauram os meios dessas pessoas viverem no campo, minando seus principais recursos de sobrevivência, como acesso à educação, saúde e formas de trabalho.

Seja a partir de tais lutas, em que o agronegócio representa uma ameaça ao direito à vida, por meio do legado coevolutivo sociedade-natureza, as comunidades babaçueiras, especialmente as mulheres quebradeiras de coco, protagonizam a invenção de pedagogias humanizadas. Essas pedagogias enfatizam as questões ecológicas no centro do processo de formação humana, interrogando o campo educacional público e convocando-o a corrigir a dívida histórica no que diz respeito à educação camponesa, realçando a conexão entre escola e vida como um imperativo da aprendizagem e da libertação (diálogo de saberes). Colocamos, portanto, no plano da urgência, o comprometimento do Estado brasileiro com outro paradigma de desenvolvimento do campo - em termos educacionais e produtivos.

Ao recuperarmos as vozes das quebradeiras de coco que participaram da pesquisa, pretendemos elucidar uma prática pedagógica ecofeminista, intergeracional e ancestral, fundamentada no uso da natureza como um bem comum. Nessa perspectiva, destacamos o princípio educativo da luta e do trabalho, sendo as culturas indissociáveis do modo de vida das quebradeiras de coco.

Em contrapartida, o agronegócio na região é organizado como um projeto de esvaziamento do campo, configurando-se na desestruturação e fechamento das escolas. Desse modo, as famílias estão obrigadas a se inserir cada vez mais nas cidades, pela necessidade de acesso à educação, saúde, ou seja, itens fundamentais para o desenvolvimento da vida. Por fim, os territórios e as biodiversidades locais acabam sendo tomados e transformados em monocultura, processo que representa a financeirização dos bens naturais.

Referências

Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6, 51-62.

Cabral, L., Pandey, P., & Xu, X. (2021). Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India. *Agriculture and Human Values*. <https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>

Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação no Campo* (pp. 324-330). Expressão Popular.

Dias, M. A. M., Pereira, K. A., Santos, V. L. F., & Araújo, A. M. S. (2021). Modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. In Pereira, K. A., Silva, V. R., & Dias, M. A. M. (Orgs.). *Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no Sul do Piauí* (pp. 177-199). CRV.

Falcão Junior, F. C. (2018). *Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção produtiva: o caso de formação de jovens rurais para o fortalecimento da agricultura camponesa do semiárido cearense* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Favoreto, A., Nakagawa, L., Kleeb, S., Seifer, P., & Pó, M. Há mais pobreza do que riqueza nos municípios do Matopiba. *Revista NERA*, 22(47), 348-381.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios* (5ª ed.). Cortez.

MIQCB. (2020). *Sobre nós: quem somos*. <https://www.miqcb.org/sobre-nos>

Molina, M. C. (2015). A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. *Revista Educação em Perspectiva*, 6(2), 378-400.

MST, Alentejano, P., & Cordeiro, T. (2019, 28 de novembro). *80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos*. <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>

Porto-Gonçalves, C. W. (2019). *Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. FASE e CPT.

Ribeiro, M. (2012). Educação Rural. In Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação no Campo* (pp. 293-298). Expressão Popular.

Shiva, V. (1988). *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivência*. J.C. Producción.

Silva, E. M. S., Napolitano, J. E., & Bastos, S. (2016). *Pequenos projetos ecossociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexão e aprendizados*. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

Toledo, V. M., & Barrera-Bassols, N. (2015). *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais* (1ª ed.). Expressão Popular.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas S.A.

Whitaker, D. C. A. (2002). A origem do nosso método. In Whitaker, D. C. A. (Org.). *A Sociologia Rural – Questões Metodológicas Emergentes*. Letras à Margem.

ⁱ Projeto de extensão Ações de Sustentabilidade e Boas Práticas na Cadeia do Coco Babaçu, coordenado pela Professora Adriana Miranda Arauco da Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas.

ⁱⁱ No processo de transcrição das falas, estivemos atentas aos seguintes aspectos, conforme recomenda Whitaker (2002): manter o sentido do que foi falado e a forma da fala, com o cuidado para não transformar as expressões fonéticas em erros ortográficos, pois quem está falando do jeito que aprendeu ou com as características de seu grupo social não está cometendo erro algum. Na perspectiva aqui adotada, os registros das variações linguísticas não podem se traduzir em erros ortográficos.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 21/07/2023
Aprovado em: 24/07/2025
Publicado em: 14/08/2025

Received on July 21th, 2023
Accepted on July 24th, 2025
Published on August, 14th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Dias, M. A. M., Pereira, K. E., & Batista, O. A. (2025). Processos socioeducativos entre quebradeiras de coco de babaçu: um estudo com a comunidade Sítio no sul do Piauí. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e16989.

ABNT

DIAS, M. A. M.; PEREIRA, K. E.; BATISTA, O. A. Processos socioeducativos entre quebradeiras de coco de babaçu: um estudo com a comunidade Sítio no sul do Piauí. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 10, e16989, 2025.

